

Proposta de Resolução do Exame Nacional de Geografia A

11.º ano, 2023, 1.ª fase

1.1. a 1.5

Ítems	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5
Solução	B	C	B	D	C

2. Analisando as duas pirâmides etárias sobrepostas, verifica-se que, em 2018, o envelhecimento demográfico já era evidente, com baixa percentagem de jovens e elevada percentagem de idosos. Prevê-se que este envelhecimento se acentue bastante até 2055.

Assim, há dois aspetos que são causa de preocupação e devem ser alvos de medidas adequadas e atempadas, cada um associando-se a uma das linhas de orientação propostas.

Linha de orientação A – Valorização social da população idosa

Nesta linha de orientação, está patente a preocupação com o aumento da proporção de idosos na estrutura etária. Consta-se que a esperança média de vida crescente nem sempre corresponde a uma vida longa de qualidade, devido a doenças, carências materiais e afetivas, solidão, entre outros problemas.

Será, então necessário aumentar a qualidade de vida dos idosos, através de medidas como:

- Adequar o sistema de saúde, com horários, instalações e especialidades adequadas às pessoas de idade, para prevenir doenças, tratá-las e acompanhar os idosos nos tratamentos, sem esquecer a necessidade de alargar os cuidados paliativos, para evitar que o final da vida seja de sofrimento e que a eutanásia seja uma escolha por falta de outra opção.
- Organizar a sociedade e o mercado de trabalho de modo a permitir a inserção dos idosos, nomeadamente, a sua permanência na vida ativa, com redução de horário e tarefas que respeitem as suas competências profissionais, mas também um menor ritmo de trabalho.
- Implementar projetos de interação entre os idosos e outros grupos etários, nomeadamente as crianças, em projetos escolares ou de lazer, e os jovens, em projetos de parcerias ao nível da partilha de habitação, como já tem sido feito no Porto, com grande sucesso.
- Outros exemplos seriam as possibilidades de fazer voluntariado e de participar em atividades desportivas ou académicas.

Estas medidas permitiriam aumentar a participação e integração dos idosos na sociedade, o que os faria sentirem-se úteis e manter relações sociais e afetivas. Além disso, a possibilidade de se manter no ativo, com redução de horário, aumentaria os seus rendimentos e permitiria ao país reduzir as despesas com pensões de reforma.

Também permitiriam que as competências e aprendizagens desenvolvidas ao longo da vida pudessem ser partilhadas com profissionais mais novos, além de criar na sociedade uma visão do idoso como alguém que faz falta e não como um peso social.

Linha de orientação B – Valorização da população ativa jovem

Nesta linha de orientação, está patente a preocupação com a redução da proporção de jovens ativos, já que, nas pirâmides, se observa a tendência de envelhecimento da população em idade ativa, com uma redução progressiva das classes inferiores e o aumento das classes superiores.

Assim, além da necessidade de se promover a natalidade, importa criar condições para que os jovens que ainda temos permaneçam no país e não engrossem a fuga de cérebros (saída de população qualificada) que atualmente se verifica:

- Criar incentivos para a fixação de empresas de novas tecnologias e outras que ofereçam emprego qualificado e bem pago, para fixar os jovens profissionais portugueses.
- Requalificar as carreiras de profissionais da saúde, da educação e da administração pública, de modo a torná-las atrativas para novos profissionais, pelas condições de trabalho e pelos salários.

- Além disso, reduzir os impostos para os jovens ativos e criar apoios para a aquisição ou arrendamento da primeira habitação.

Estas condições iriam fixar os nossos jovens ativos, pois as carreiras atrativas e os empregos bem pagos, assim como a maior facilidade de acesso à habitação, criariam no país as condições oferecidas por outros membros da UE, para onde os nossos jovens fogem.

Para o país, seria muito bom, pois deixaria de haver problemas de falta de médicos, professores e outros profissionais qualificados, que ficariam no país contribuindo para o seu desenvolvimento económico e social, formando famílias jovens, que teriam os seus filhos no nosso país, contribuindo para travar o envelhecimento demográfico.

3.1. A.

3.2. A elevada densidade de construção e a grande impermeabilização dos solos que provocam uma grande absorção de calor, elevando a temperatura do ar nas cidades, sobretudo as aéreas centrais, com maior circulação viária, onde a poluição dos transportes também contribui para um maior aquecimento da atmosfera urbana.

A fraca ocupação vegetal e a insuficiente ventilação das ruas (a concentração de edifícios dificulta a circulação do vento) contribuem também para a formação do “clima urbano” e das “ilhas de calor”. Assim, geralmente, a temperatura nas cidades é maior nas áreas de maior concentração de edifícios e com movimentação nas ruas, onde as condições de vida e a saúde dos habitantes são mais afetadas por estes problemas.

4.1. No porto de Sines existem boas condições naturais, destacando-se as águas profundas que permitem receber navios de grande dimensão (os chamados supertanques) e a sua posição a sul do cabo de Sines, que o protege dos ventos de noroeste, torna as águas calmas, o que garante a entrada e atracagem dos navios e a movimentação de carga, em condições de grande segurança. Assim, o porto de Sines é bastante atrativo como porto comercial que, além das condições referidas, tem uma enorme acessibilidade marítima para a maioria das rotas comerciais que passam pelo mediterrâneo (de e para o médio oriente e restante Ásia) e pelo Atlântico.

4.2. III e IV.

4.3. «O porto de Sines é dotado de uma plataforma multimodal que favorece a extensão do seu *hinterland*.», ou seja, reúne diferentes possibilidades de conjugação de modos de transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo e tubular) com serviços de logística, que permitem a sua ligação a outras plataformas intermodais, em Portugal e em Espanha, criando amplas possibilidades de funcionar como porto de *transshipment* e exercer influência até ao *hinterland* de outros portos do sul de Espanha.

As infraestruturas portuárias, com destaque para o terminal de contentores de grande dimensão e o terminal de gás liquefeito, o que permite aumentar a sua atratividade, como ligação da Europa a outras partes do mundo, na receção e emissão de grande variedade de tipos de carga.

4.4. a 5.1.

Itens	4.4	4.5	5.1
Solução	A	D	B

5.2. II e V.

5.3. a) 1; b) 3; c) 2.

5.4. As cidades médias, por definição, são cidades onde a concentração de pessoas e edifícios está em equilíbrio com as suas infraestruturas e com a oferta de funções, em que se incluem funções qualificadas, de nível hierárquico superior, não se registando os constrangimentos que existem em cidades de grande dimensão. Funcionam como economias de aglomeração, o que permite atrair empresas que podem beneficiar de uma economia de escala.

As cidades médias podem assim funcionar como polos de desenvolvimento regional, sobretudo se estiverem ligadas por boas vias de transporte, que vão permitir que funcionem em rede, valorizando as suas especificidades e otimizando as complementaridades e contribuindo para um maior equilíbrio da rede urbana.

Por isso, o seu papel é importante na coesão territorial, uma vez que promovem o desenvolvimento de áreas do interior, onde vão oferecer emprego, comércio e serviços diversificados que atraem a população e permitem a sua fixação, nas cidades ou nas áreas rurais envolventes, impedindo a saída de população jovem e dinamizando as respetivas áreas de influência.

5.5. B.

5.6. Uma medida, aplicável em meio urbano, que visa contribuir para a transição para uma economia mais verde e de baixo carbono, é a implementação de um sistema de transporte público integrado, eficiente e movido a energias renováveis.

O transporte público emite significativamente menos gases de efeito estufa, por passageiro, do que a utilização de veículos particulares.

Ao promover o uso do transporte público, as emissões de carbono serão reduzidas, contribuindo diretamente para a transição para uma economia de baixo carbono. Uma rede de transporte público abrangente e eficiente pode incentivar as pessoas a reduzirem a utilização de veículos particulares, diminuindo o número de automóveis nas estradas e, consequentemente, reduzindo as emissões de poluentes atmosféricos e a dependência dos combustíveis fósseis.

A política de coesão da União Europeia visa a adoção de tecnologias mais sustentáveis. Portanto, o sistema de transporte público deve ser movido a energias renováveis, como eletricidade gerada por fontes limpas (eólica, solar, hidroelétrica), para garantir uma opção de mobilidade ambientalmente amigável.

6.1. e 6.2.

Itens	6.1	6.2
Solução	D	A

6.3. Uma medida fundamental do acordo luso-espanhol sobre a gestão das bacias dos rios internacionais, para fazer face à tendência de alteração do regime pluviométrico registada nos últimos anos, em Portugal continental, pode ser, por exemplo: monitorização, procurando consenso para alterações que forem necessárias.

Cumprir o que define a Convenção de Albufeira no que respeita à gestão conjunta das bacias hidrográficas, com particular atenção por parte de Portugal que inclui: monitorização dos caudais mínimos e dos caudais ecológicos definidos, avaliação das situações problemáticas, como a qualidade e a quantidade das águas devido às secas extremas que se têm verificado nos últimos anos, e procura de soluções conjuntas, que não acarretem impactos ambientais negativos e não prejudiquem um país em detrimento de outro.

6.4. a 7.3.

Itens	6.4	6.5	7.1	7.2	7.3
Solução	C	D	C	A	B

7.4

A nova PAC para o período de 2023 a 2027 centra-se em dez objetivos específicos, ligados a objetivos comuns da União Europeia (UE) para a sustentabilidade social, ambiental e económica na agricultura e nas zonas rurais.

Conjunto A – 1. Gerir eficientemente os recursos hídricos e 2.

Fomentar o conhecimento e a inovação.

Perante o agravamento das secas e a previsão da sua ocorrência mais frequente, é prioritário o objetivo 1, cuja concretização dependerá do objetivo 2, uma vez que a eficiência na utilização dos recursos hídricos está dependente da inovação, que exige conhecimento.

Um exemplo é a evolução que se tem registado nos sistemas de rega: os sistemas de rega por aspersão permitiram reduzir muito a quantidade de água utilizada, mas os sistemas gota-a-gota, aumentaram ainda mais a eficiência. Atualmente, ao conjugar a ciência com a tecnologia digital, consegue-se uma eficiência muito maior, uma vez que se utilizam aparelhos de monitorização da humidade do ar e do solo, bem como do grau de hidratação das plantas e, a partir desses parâmetros, é calculada e dada às plantas apenas quantidade de água de que elas efetivamente necessitam, evitando totalmente o desperdício.

No nosso país, muitas explorações, sobretudo as sociedades agrícolas e os jovens agricultores já utilizam este tipo de tecnologia, que permitirá fazer um uso mais responsável da água.

Conjunto B – 2. Fomentar o conhecimento e a inovação e 3.

Aumentar a competitividade.

A modernização agrícola que ocorre no nosso país, desde a integração na PAC, tem vindo a aumentar, utilizando cada vez mais a recente tecnologia digital, conjugada com o conhecimento científico que permite seleccionar melhor as culturas para cada tipo de solo, gerir melhor a ocupação do solo com as diferentes culturas, fazendo a sua monitorização constante.

Tal como se procede para tornar eficiente o uso da água, também se utilizam os pesticidas, fertilizantes e outros produtos de proteção das colheitas de forma cada vez mais eficiente, fornecendo aos solos e às plantas apenas as quantidades necessárias e só onde é necessário. Por exemplo, pode monitorizar-se uma exploração vinícola e detetar precocemente um fungo ou uma doença, e atacá-la rapidamente, impedindo que se espalhe ao resto da vinha.

A investigação permite melhorar as tecnologias, mas também as próprias colheitas, através de um melhor conhecimento das plantas, dos solos, da variação da temperatura, humidade, precipitação, aumentando a possibilidade de as cuidar e proteger adequadamente, aumentando a qualidade de produção e a produtividade das explorações, condição necessária para a competitividade.

Um exemplo, em Portugal, é o sector vitivinícola, em que o conhecimento, a inovação e a tecnologia permitiram melhorar muito a qualidade e diversificar as castas e formas de produção, fatores que contribuíram decisivamente para a internacionalização dos nossos vinhos e a obtenção de numerosos prémios internacionais.

A inovação aplicada a produtos agrícolas, através da parceria entre as entidades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i) e os produtores agrícolas, contribui para a produção diferenciadora no plano da qualidade e segurança alimentar, acrescentando valor ao produto e tornando-o mais competitivo.